

Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014¹

Fabiane Valmore²
Nelson Rosário de Souza³

Introdução

Temas como movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil apresentam uma vocação interdisciplinar, pois envolvem as dimensões sociais, políticas, econômicas e, também, as culturais. Tal vocação se contrapõe aos procedimentos de recorte, próprios das diferentes disciplinas. A tendência interdisciplinar parece ter sido desafiada, por exemplo, no processo recente de autoafirmação da Ciência Política. Na sua trajetória de autonomia e elaboração de identidade, a Ciência Política, notadamente no caso brasileiro, procurou construir como objeto as típicas instituições formais de poder; ao fazê-lo desvalorizou os temas sociais. Essa postura condiz com a preocupação em demarcar sua fronteira com a Sociologia.

A abordagem da Ciência Política sobre democracia, por exemplo, ficou majoritariamente restrita aos processos institucionais da sua instauração (LIMONGI; ALMEIDA; FREITAS, 2016), colocando em segundo plano os pré-requisitos sociais que formariam

a sua base. Assim, a desvalorização dos temas sociais e culturais distanciou o seu olhar da complexa realidade sociopolítica (LEITE, 2015; MOISÉS, 1995; MUSSI, 2014).

Diante da tendência dicotômica, existem propostas de confluência entre as perspectivas, uma vez que os fenômenos políticos não se explicam apenas por jogos institucionais e por atores políticos. Por outro lado, valorizar as práticas sociais e culturais que envolvem os processos decisórios não significa desprezar os agentes tipicamente políticos (PERISSINOTTO, 2004). Superados os estudos sobre transições e esgotado o debate sobre a sociedade civil, hegemônicos no Brasil nos anos 1990, a análise de políticas públicas, segundo Gurza Lavalle (2003), traz consigo a possibilidade de interlocução da Ciência Política com a Sociologia. Sobre essas duas disciplinas, no que diz respeito à agenda da ação social da primeira década do século XXI, o autor afirma: “[...] sem dúvida ambas as disciplinas podem vir ao encontro de uma compreensão mais abrangente da interação entre o mundo das instituições da

-
- 1 A pesquisa que deu origem a este trabalho foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Agradecemos à Capes; aos pareceristas anônimos pela leitura, pelas considerações e sugestões oferecidas, que permitiram o aperfeiçoamento deste artigo; ao Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (CAPA, cujo endereço eletrônico é <www.capa.ufpr.br>) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pelas informações oferecidas a respeito da passagem do texto falado para o texto escrito (processos de retextualização); a Malam Djau pela colaboração na tradução para a língua inglesa do resumo deste artigo; aos editores entrevistados e a todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.
 - 2 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Temas de pesquisa: “Tema, teoria e método na ciência política brasileira” e “Teoria e pensamento político brasileiro”. E-mail: fh.valmore@bol.com.br
 - 3 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Temas de pesquisa: “Comunicação política” e “Sociologia da comunicação”.

política e das políticas e o mundo da ação social” (2003, p. 109).

Ou seja, voltando ao exemplo anterior, faz-se necessário olhar o conteúdo social da democracia como forma de superar as dicotomias entre Estado e sociedade e entre Ciência Política e Sociologia, entre outras – procedimento que aponta para a conciliação entre a postura normativa das abordagens sociais e a ênfase empírica da perspectiva institucionalista (POGREBINSCHI, 2010).

No caso específico do Orçamento Participativo (OP), enquanto experiência de democracia participativa, Romão (2010) argumenta que parte significativa da agenda de pesquisa brasileira assumiu um perfil restrito. A causa desse problema estaria na forma dicotômica adotada ao se confrontar os movimentos sociais – vistos como polo positivo – e o Estado, entendido como polo negativo da relação. A obra de Leonardo Avritzer, contra a qual Romão argumenta em favor de uma análise mais propriamente política do debate sobre o OP, exemplificando os limites analíticos em questão. Desse modo, poucos estudos efetivamente problematizaram as interações complexas entre sociedade civil e os diferentes agentes da sociedade. Antes, a maior parte dos trabalhos valoriza o suposto protagonismo da sociedade civil na democratização do Estado e do sistema político. A noção limitada de “vontade política”, segundo o autor, conduziu muitos analistas a simples constatação do grau de interesse dos governos e dos partidos na efetivação de práticas participativas, deixando de lado, portanto, análises com teor propriamente político-estratégico – por exemplo, ação dos partidos e dos governos na implementação de políticas participativas ou, antes, na criação e manutenção do OP e mesmo na sua extinção. Nesse tipo de análise, ainda segundo Romão, o OP aparece vinculado

exclusivamente à sociedade civil, embora, por mais paradoxal que pareça, dependa da vontade da sociedade política. Enfim, foram tímidos os investimentos teóricos e metodológicos no sentido de apreender a interação entre sociedade civil e sociedade política. Como exceções, o autor destaca dois estudos: o de Gurza Lavalle (2011) e o de Cortês e Silva (2010). Ao considerar que é necessário avançar teórica e metodologicamente na investigação do entrelaçamento entre sociedade civil e sociedade política, Romão oferece argumento para defesa da articulação entre Sociologia e Ciência Política. Situa-se, talvez, também, aí, um campo de atuação da e para a Sociologia Política.

Preocupada em caracterizar o campo das Ciências Sociais brasileiras, Danusa Marques (2007) observa os artigos publicados em periódicos nacionais sobre democracia. Na sua amostra, volta o olhar sobre as instituições e sobre os procedimentos da democracia liberal-pluralista, inclusive com o viés de legitimação dessa forma de governo pelos autores. São poucos os casos que elegem a sociedade como fator causal dos processos políticos. Noutro trabalho, a respeito da interface entre desigualdade e democracia, Danusa Marques e Carlos Machado (2014) constatam que dos artigos analisados 63% abordam o tema da democracia, 62% a desigualdade e 45% abordam simultaneamente esses dois temas. Entretanto, o olhar mais refinado dos autores revela que o tema da desigualdade é mais mencionado do que discutido em profundidade; assim como a articulação entre os temas, que não se dá de forma efetivamente engajada nos referidos artigos.

Diante da moldura descrita, fixar o retrato quantitativo das publicações sobre a tríade temática – movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil – nas Ciências Sociais e, mais precisamente, na Ciência Política, pode contribuir para a percepção do estágio atual do

embate em questão e como ele reflete na eleição e valorização dos temas de pesquisa.

Alguns traços que se sobressaem no processo de institucionalização da Ciência Política merecem ser mencionados, já que servem de balizas para a análise dos dados que será realizada mais adiante. As disputas que envolveram a autonomização da Ciência Política levaram à hegemonia da perspectiva institucionalista. Nessa trajetória foram valorizados a pesquisa empírica e os métodos quantitativos sofisticados (OLIVEIRA; NICOLAU, 2013; REIS, 2016), assim como os referenciais seguros e as análises rigorosas de objetos claramente identificados (LEITE, 2015). Com isso, parte da disciplina se contrapõe à tradição societal histórico-interpretativa na análise da política (LIMONGI; ALMEIDA; FREITAS, 2016). Também ocorreu a desqualificação das abordagens ensaísticas e das pesquisas politicamente engajadas (MARENCO, 2014).

A partir do quadro desenhado, este artigo busca responder sobre o lugar dos temas “movimentos sociais”, “instituições participativas” e “sociedade civil” nas publicações da área, e, também, sobre o perfil dos autores e seus vínculos institucionais. Para cumprir esse objetivo foram selecionados sete periódicos nacionais em função da posição que ocupam no sistema Qualis de classificação proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ou seja, a de estratos superiores, localizados entre B1 e A1. Compõem o grupo de periódicos aqui analisados: *Brazilian Political Science Review* (BPSR), *Dados, Lua Nova, Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), *Revista de Sociologia e Política* (RSP), *Opinião Pública* (OP) e *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP). Nesses periódicos foram selecionados todos os artigos publicados entre os anos de 2005 e 2014, compondo um banco de dados de

1.505 artigos, dos quais foram extraídas informações como tema de pesquisa, nome dos autores e coautores e titulação, Instituição de Ensino Superior (IES) de formação e programa de pós-graduação realizado por eles.

A partir dos 1.505 artigos, foram selecionados 134, segundo os seguintes critérios: terem, no título, resumo, palavras-chave ou na introdução um dos seguintes termos ou seus respectivos correlatos: “movimentos sociais” (movimento cívico, racial, direitos humanos, agrários, moradia, LGBT, MST, feminista/de mulher, gênero; contramovimento; ação coletiva; organizações); “instituições participativas” (participação não eleitoral, deliberação pública, conselhos de políticas públicas, conferências públicas, orçamentos participativos, fóruns participativos, audiências públicas, referendos, plebiscitos, consultas públicas on-line, rede/internet, iniciativa popular) e “sociedade civil” (esfera pública).

Em seguida, esses 134 artigos foram analisados a partir do perfil de seus autores e coautores (formação e vínculo institucional), da metodologia empregada (quanti ou qualitativa) e do tipo de objeto analisado (empírico ou teórico). Paralelamente ao tratamento quantitativo dos dados, com o emprego de estatística descritiva, a metodologia utilizada neste trabalho fez uso de entrevistas em profundidade com os editores dos periódicos selecionados, cuja fala contribuiu para a compreensão dos processos que envolvem a eleição e a valorização dos temas, pois eles ocupam posição relevante nesse jogo que, além de científico, é também político. Os editores estão expostos às pressões do processo de institucionalização da disciplina e, ao mesmo tempo, discutem os critérios que orientam o perfil de cada periódico, participando, assim, das tensões e das conciliações do campo acadêmico. Em linhas gerais, as entrevistas buscaram

evidenciar qual a percepção dos editores sobre a seleção dos objetos de pesquisa e dos temas de publicação.

A escolha da produção científica publicada em periódicos qualificados como objeto de pesquisa se justifica, pois esse material passa por importantes filtros institucionais e oferece um retrato da hierarquia de temas na disciplina. Dá também indícios do estágio de autonomização da Ciência Política diante da Sociologia – enfim, versa sobre as disputas fronteiriças entre essas subáreas de conhecimento. Entende-se, no entanto, que a inclusão na análise dos artigos publicados em revistas científicas de estrato Qualis inferior a B1 ou mesmo nas que não estão estratificadas pela Capes pode permitir um quadro mais abrangente a respeito dessas temáticas nas Ciências Sociais brasileiras, o que é uma tarefa para futuras pesquisas. Dito isso, os artigos são, assim, importantes fontes para análise da configuração de forças dentro das disciplinas e entre as disciplinas.

Os depoimentos dos editores⁴ revelam clara percepção do papel estratégico dos periódicos, como na fala de um dos membros da *Dados*:

A revista científica tem uma função canônica. Através da seleção e certificação dos artigos ela diz o que é certo e o que é errado na ciência. [...] Não a revista em si, mas as pessoas que julgam os trabalhos da revista. A revista científica acompanha o desenvolvimento de uma comunidade e interage com ela [...]. A revista reflete a produção acadêmica: ela não inventa, ela recebe e filtra.

A comunidade legitima os periódicos enquanto veículos de divulgação de conteúdos e promoção do debate, mas também como instrumentos de avaliação da produção docente – critério que, inclusive, incide sobre o financiamento dos programas de pós-graduação

e, no limite, sobre a definição dos porquês daquilo que se pesquisa.

Uma perspectiva semelhante transparece nas palavras de um dos editores da *RSP*:

Acho que as revistas sofrem um impacto do campo – o nosso caso é muito evidente nesse sentido –, mas, ao mesmo tempo, elas conseguem alimentar [o campo]. [...] Se todas as revistas só publicassem o institucionalismo da escolha racional, isso forçaria, enfim, as pessoas a serem só institucionalistas de escolha racional.

A produção em periódicos pode ser, portanto, um bom indicativo sobre a forma como a disciplina se estrutura em relação à escolha e à hierarquização de temas, além, é claro, de fornecer indicativos sobre a própria construção do campo (LEITE, 2015).

Para responder às questões elencadas, este artigo se divide em dois itens principais, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, a análise se debruça sobre o conjunto dos 1.505 artigos publicados nos sete periódicos e no período selecionado. No segundo item, o olhar recai sobre os 134 artigos, dentre os 1.505, que tratam da tríade temática eleita. Trechos das entrevistas realizadas com os editores permeiam os itens 1 e 2, complementando os dados coletados e, por vezes, consubstanciando as análises apresentadas.

I: O quadro geral da produção entre 2005 e 2014

Antes da análise da produção sobre movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil, convém desenhar a moldura na qual esta produção se insere, particularmente na Ciência Política brasileira. Vejamos as características da produção presente nos sete periódicos

⁴ No Anexo A encontra-se um quadro detalhado sobre as 12 entrevistas coletadas.

selecionados⁵, buscando vislumbrar o perfil dos autores e dos coautores, assim como o local institucional de fala que eles ocupam.

A Tabela 1, a seguir, informa a distribuição do total da produção por periódicos e a participação de doutores em Ciência Política (CP) nesse conjunto.

Do total de 1.505 artigos, 538 (35,7%) foram publicados por doutores em Ciência Política. Considerando que as sete revistas analisadas também publicam trabalhos provenientes da Sociologia, Antropologia,

Filosofia Política e Sociologia Política, dentre outras disciplinas, os artigos publicados por doutores em Ciência Política representam, proporcionalmente, quantidade expressiva no conjunto da produção, pouco mais de um terço do total. É interessante observar que nenhum veículo atinge 60% dessa publicação, ou seja, os textos dos doutores em Ciência Política não estão excessivamente concentrados num desses periódicos. Nem mesmo nas duas revistas nomeadamente de Ciência Política.

Tabela 1
Publicação (2005-2014) por periódico com destaque para a publicação dos doutores em CP

Periódicos	Qualis 2015	Ano de criação	Admissão no SciELO	Total de artigos publicados	Total de artigos publicados por doutores em CP	
					N.º	%
<i>Dados</i>	A1	1966	Abr. 1997	267	108	40,4
<i>Lua Nova</i>	A2	1984	Jul. 2002	220	65	29,5
<i>RBCS</i>	A1	1986	Out. 1988	265	53	20,0
<i>RSP</i>	A2	1993	Fev. 2002	342	116	33,9
<i>Op. Pública</i>	A1	1993	Mar. 2003	178	100	56,1
<i>BPSR</i>	A2	2007	Ago. 2013	87	45	51,7
<i>RBCP</i>	B1	2009	Jul. 2012	146	51	34,9
Total				1.505 (100%)	538	35,7

Fonte: Elaboração própria.

Com índices um pouco acima de 50% da publicação de artigos escritos por doutores em Ciência Política, se destacam a *Opinião Pública* e a *BPSR*. A *Dados* vem logo em seguida, com 40%. Considerando que os temas que predominam o atual *mainstream* da Ciência Política brasileira são publicados majoritariamente na *BPSR* e na *Dados* (LEITE, 2015), é

possível conjecturar sobre o porquê da baixa presença nesses periódicos das três temáticas aqui analisadas.

A *RBCS*, por sua vez, é um periódico que acolhe várias temáticas de diferentes disciplinas e, segundo um dos seus editores, embora aberta à diversidade teórica, metodológica e temática das três grandes áreas das Ciências

5 Como mencionado na introdução, os sete periódicos nacionais classificados no Qualis como A1, A2 e B1 são os seguintes: *Revista de Sociologia e Política*; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; *Lua Nova*; *Brazilian Political Science Review*; *Opinião Pública*; *Dados* e *Revista Brasileira de Ciência Política*. É preciso considerar que o recorte temporal desta pesquisa (2005-2014) compreende um período anterior ao da fundação de duas das revistas analisadas: *RBCP* e a *BPSR*. Considere-se também que a periodicidade e a quantidade de artigos publicados em cada número desses periódicos variam entre si.

Sociais, essa preocupação não se cristaliza em nenhum critério de publicação que garanta espaço proporcional à Antropologia, à Ciência Política e à Sociologia por parte da *RBCS* – na realidade, a distribuição do espaço da *RBCS* tem a ver com a demanda da comunidade, como afirma um de seus editores. Em suas palavras:

Se por algum motivo, a comunidade de antropólogos se torna mais ativa em determinado momento e demanda mais espaço e as outras comunidades por algum motivo decidem ter menor presença, provavelmente, a Antropologia ganhará mais peso na composição do Congresso [da Anpocs]. Não existe nenhum critério formal que obrigue a balancear isso, existe apenas um bom senso de lembrar que existe um compromisso com essa diversidade e tentar manter essa diversidade o quanto possível sem submetê-la a critério de composição proporcional. A revista é exatamente a mesma coisa. A revista recebe – ela é um periódico acadêmico de ponta – examina tudo o que recebe, e não tem critérios em relação à proporcionalidade para discriminar artigo ou para favorecer artigo. Todos os artigos recebidos que têm mérito comprovado pelo processo editorial e pelo processo de duplo parecer cego são publicados e, provavelmente em alguns momentos, por questões de fluxo, a revista acaba mais carregada de textos de uma disciplina do que de outra. Mas isso não representa um problema para a revista.

Ou seja, o fato de que a *RBCS*, entre 2005 e 2014, publicou apenas 20% dos seus artigos escritos por doutores em Ciência Política pode ser entendido menos a partir de uma questão que tenha a ver com a participação proporcional das disciplinas na revista do que, segundo um dos seus editores, pela própria especialização disciplinar, que acaba levando alguns autores a enviarem seus manuscritos para revistas mais especializadas em seus temas de pesquisa do que para outras.

Por outro lado, surpreende a revista *Lua Nova*, que, talvez por privilegiar temáticas como Teoria Política e Teoria Social, ainda assim possui quase 30% dos seus artigos publicados por doutores em Ciência Política. Talvez

seja o caso de se pensar na seguinte hipótese: parte da publicação dos doutores em Ciência Política se divide em dois conjuntos de revistas: *Dados*, *Opinião Pública* e *BPSR* (representando uma maior concentração de artigos publicados por doutores em Ciência Política) por um lado, e *RBCP*, *Lua Nova*, *RSP* e *RBCS* por outro. Cabe lembrar que exceto a *RBCS*, as demais do segundo grupo publicaram dossiês temáticos entre 2005 e 2014 – sabidamente uma forma de incidir no campo a partir da valorização editorial de determinados temas, teorias e métodos de pesquisa.

Ainda mais, vale destacar que embora a *BPSR* seja uma revista editada pela Associação Brasileira de Ciência Política, ela publica artigos de outros campos disciplinares. Sobre essa abertura, uma de suas editoras afirma o seguinte:

A gente tem artigos que tem essa interface com a Sociologia, com a Filosofia. Então, não é, digamos, assim, uma revista só de CP. É uma revista interdisciplinar. Eu acho que isso é uma tendência das revistas [...]. Acho que isso também reflete a produção. Os programas de maneira geral têm essa perspectiva de ampliar um pouco o escopo, de ter um diálogo maior com as outras áreas. [...] a gente não diz: isso daqui é mais Sociologia Política, vamos recusar. De maneira alguma, todos os artigos passam por pareceristas e se têm alguma interface com a CP a gente publica. [...] Eu acho que a CP só tem a ganhar se interagir com as outras áreas, com as Ciências Sociais, com a Antropologia Política... Hoje em dia as análises da CP precisam de elementos, de conceitos de outras áreas.

A permeabilidade disciplinar das revistas e a imagem passada por depoimentos como esse, de uma das editoras da *BPSR*, geram a expectativa de que a tríade temática – movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil – teria uma presença significativa no conjunto da produção, algo que não se confirma e que será analisado mais adiante.

De modo mais detalhado, com a ajuda da Tabela 2, é possível verificar no conjunto de

538 artigos publicados por doutores em Ciência Política os grupos de IES de doutoramento dos autores e coautores. Quatrocentos artigos, 74,3% do total de 538, foram publicados por autores e coautores que se doutoraram no Brasil e, dentre esses, 374, ou seja, 69,5%, foram publicados por autores ou coautores que se doutoraram num grupo restrito de programas de universidades localizadas nas regiões Sudeste e Sul: USP, Unicamp, Iuperj/IESP, UFMG e UFRGS. Isso significa que a expansão recente do sistema de pós-graduação em Ciência Política ainda não refletiu significativamente na produção, certamente por ser um fenômeno novo que ocorre no Brasil a partir de 2005.

Enfim, essa concentração se explica pelo fato de que, até 1980, somente a USP oferecia doutorado em Ciência Política no Brasil, e no final do século XX existiam no país apenas três cursos de doutorado nessa área. Já os artigos publicados por doutores diplomados no exterior (25,6%) ainda que possam indicar uma tendência, mesmo que tímida, de internacionalização da área, não são tratados neste artigo de forma pormenorizada. O fato de a produção do campo estar centralizada em autores e coautores oriundos de cinco programas nacionais de pós-graduação indica também a localização da hegemonia na produção e a seleção de temas de pesquisa e publicação.

Tabela 2
Publicação dos doutores em CP por grupo de IES de doutoramento por periódico

Periódicos	Total de artigos publicados por doutores em Ciência Política	Doutores em CP diplomados no Brasil		Doutores em CP diplomados em IES estrangeiras
		USP, UNICAMP, antigo Iuperj/IESP, UFMG e UFRGS	UFSCar, UFPE, UnB, UFSC e PUC-SP	
<i>Dados</i>	108	84	1	23
<i>Lua Nova</i>	65	38	1	26
<i>RBCS</i>	53	40	4	9
<i>RSP</i>	116	81	9	26
<i>Op. Pública</i>	100	65	3	32
<i>BPSR</i>	45	35	4	6
<i>RBCP</i>	51	31	4	16
Total	538 (100%)	374 (69,5%)	26 (4,8%)	138 (25,6%)
		400 (74,3%)		

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 3 mostra a distribuição detalhada dos 374 artigos (69,5% da produção total dos doutores em CP) por periódico e conforme IES cursada pelos seus autores e coautores.

Existe equilíbrio entre os novos programas (Unicamp e UFMG) e ratifica-se a concentração de artigos oriundos da USP e do Iuperj/IESP, que respondem por 278 artigos (74,3% dos 374), cuja distribuição encontra-se centralizada em três das revistas:

Dados, *Lua Nova* e *RSP* – nas quais encontram-se 105 artigos (37,7% dos 278). No caso da revista *Lua Nova*, editada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 63% de seus artigos possuem autores/coautores oriundos da USP. Já na *Dados*, prevalecem artigos oriundos do antigo Iuperj, hoje IESP; enquanto na *RSP*, basicamente a metade de seus artigos são provenientes da USP.

Tabela 3
Publicação por IES de doutoramento dos (co)autores (2005 -2014) por periódico

Periódico	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política cursado pelos (co)autores					Total
	USP 1973	IUPERJ/IESP 1980	UFRGS 1996	UNICAMP 2005	UFMG 2005	
<i>Dados</i>	26	42	7	4	5	84
<i>Lua Nova</i>	24	8	4	1	1	38
<i>RBCS</i>	16	13	4	5	2	40
<i>RSP</i>	39	20	11	8	3	81
<i>Op. Pública</i>	27	21	9	3	5	65
<i>BPSR</i>	12	15	6	2	0	35
<i>RBCP</i>	7	8	8	4	4	31
Total	151	127	49	27	20	374

Fonte: Elaboração própria

A revista *Opinião Pública*, segundo uma de suas editoras, “nasceu para trazer para a língua portuguesa e para o Brasil uma temática da ciência política quantitativa”. Relato semelhante é oferecido por um dos editores da *Dados*: “a produção da CP quantitativa encontrou na *Dados* um abrigo”. Pesquisas empiricamente orientadas também são próprias do *mainstream* da Ciência Política. Segundo um dos editores da *RSP*, esse tipo de pesquisa recentemente passou a ser priorizada pela *RSP*. Sobre esse ponto e a relação entre essa decisão e as forças presentes no campo, ao tratar da trajetória da revista – das rupturas que houveram ou não, ele afirma:

Ruptura não houve, em nenhum momento houve. [...] a gente sempre procurou estar antenado ao que estava acontecendo, numa tentativa, que não é fácil, de estar atento às pressões que vêm das instituições que detêm o poder de financiamento, de dizer se a revista é “A” isso ou “A” aquilo no Qualis. Isso é um processo, também, político. Não é exclusivamente acadêmico, todo mundo sabe disso. Então [...] as músicas vão mudando e a gente vai mudando o *sapateado*, mas sempre tendo no horizonte aquilo que motivou a fundação da revista: que é ser uma revista de boa qualidade, que divulgue bons artigos científicos e que traga debates científicos de boa qualidade relacionados à política. Então, as mudanças [na revista] foram pautadas de um lado, pelo que

nos vêm de fora e, de outro, pela forma como a gente vai revendo o nosso próprio projeto de revista. Então, ao mesmo tempo em que há uma série de mudanças, o grande projeto da revista, acredito eu, continua sendo o mesmo: fazer uma boa revista. [...] A gente pode ter mudado a forma de definir o que a gente entende por abordagens de conteúdo e agora chegamos a essa dimensão da pesquisa empírica – de restringir, de certa forma, a possibilidade de publicação na revista a pesquisas empíricas. [...] É claro que a gente está reagindo a várias coisas que são pertinentes, outras tantas que são discutíveis e que vão debatendo na ciência brasileira e depois nas Ciências Sociais brasileiras e mais particularmente, na Ciência Política e mais particularmente, ainda, na nossa área, no nosso trabalho.

Talvez, relatos como esses ajudam a explicar a maior presença de artigos escritos por doutores em Ciência Política nessas três revistas. Isso é relevante pois, como foi visto, reflete a autonomização da Ciência Política frente à Sociologia e pode ajudar a entender o perfil das publicações sobre a tríade temática que nos interessa neste artigo.

Os dados evidenciam, ainda, fortes vínculos institucionais, entre os periódicos e as IES que os editam, e regionais, entre os periódicos e a localização das IES de doutoramento dos autores e coautores, principalmente nos casos: *Dados*/IUPERJ-IESP e *Lua Nova*/USP.

Uma situação que pode parecer excepcional é a relação entre *RSP/USP*, pois o periódico é editado pela UFPR, instituição que iniciou a oferta de curso de doutorado em Ciência Política apenas em 2011. Essas afinidades, no entanto, não são sinônimo de viés ou concentração, pois, como mencionado, até 1980 somente a USP oferecia curso de doutorado em CP. Além disso, precisa-se considerar que 43 anos separam os momentos de criação das revistas *Dados* e *RBCP* – ou seja, embora a Ciência Política no Brasil exista já há cinquenta anos, enquanto disciplina pós-graduada, a oferta de cursos de doutorado no campo começou a se expandir quantitativa e regionalmente há bem pouco tempo, a partir de 2005. O mesmo é válido para o conjunto de periódicos que faz circular a produção dos cientistas políticos e sociais. Dentre as sete revistas analisadas, duas delas ainda não completaram sequer dez anos de publicação.

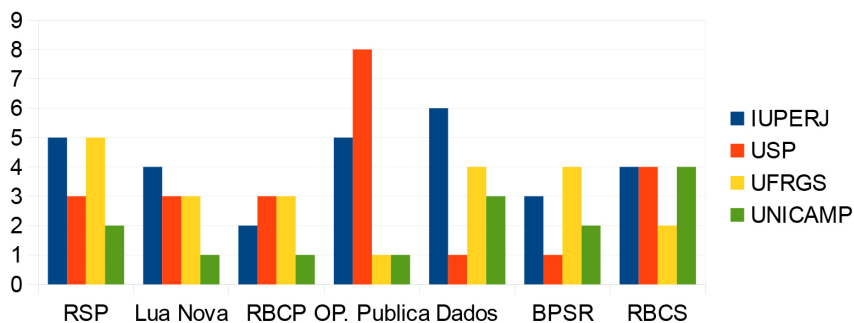
Os dados permitem outro recorte: olhar a produção dos doutores em CP que publicaram cinco artigos ou mais no período e nos periódicos analisados. Treze autores preencheram esse requisito – no conjunto, publicaram 88 artigos, quase um quarto da produção total dos doutores em CP. O Gráfico 1 apresenta a

distribuição dessa produção por periódico e por IES cursada pelos seus 13 autores.

A virada que ocorreu na USP, de uma Ciência Política mais sociologizante para uma Ciência Política mais institucionalista e quantitativa, ajuda a explicar o predomínio de artigos publicados na revista *Opinião Pública* por doutores uspianos. Já o antigo Iuperj, hoje IESP, se faz presente de forma mais expressiva tanto na revista *Lua Nova*, que nasceu para dialogar com os movimentos sociais, quanto na *Dados*, uma revista que tradicionalmente abriga pesquisas quantitativas, mas também interessada em investigações que busquem interpretar de forma abrangente a política brasileira. Nesse último aspecto, *Dados* e *Lua Nova* se assemelham, conforme pode-se entrever no depoimento de um dos editores da *Dados*:

Uma característica da *Dados* foi tentar conciliar, sempre, uma análise teórica e metodologicamente rigorosa, sem perder de vista essa tentativa de interpretação abrangente da política brasileira. Então, pode haver um estudo de caso muito específico, focado em eleições locais, por exemplo; mas o perfil de artigo que nos interessa é o que tenta analisar ou comparar como esse fenômeno específico está relacionado às questões mais amplas da política no Brasil. Essa é uma questão que eu acho que ficou muito de fora da agenda da CP brasileira.

Gráfico 1
Publicação dos doutores em CP com mais de cinco artigos por IES (N=88)



Fonte: Elaboração própria

É interessante destacar que dentre os 13 autores, doutores em Ciência Política e que publicaram cinco artigos ou mais, somente um deles publicou sobre a tríade temática selecionada neste trabalho. Ou seja, a baixa presença dos temas “movimentos sociais”, “instituições participativas” e “sociedade civil”, nos artigos dos doutores em Ciência Política que mais publicaram nos periódicos selecionados, entre 2005 e 2014, é outro indicativo do lugar que essas três temáticas ocupam atualmente no campo.

II: A produção sobre movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil

Para o propósito específico deste trabalho foram destacados 134 artigos, ou seja, 8,9% dos 1.505 publicados entre 2005 e 2014 nos sete periódicos analisados. Nesse caso, o critério de seleção foi possuírem, no título, palavras-chave, resumo e/ou na introdução um dos termos referentes às três temáticas analisadas ou algum dos seus respectivos correlatos, conforme detalhado na introdução. Vale destacar que 47 (35%) desses 134 artigos foram publicados por doutores em Ciência Política.

Sobre essa pouca atenção dispensada aos temas sociais na análise da política, um dos editores da *RBCP* afirma:

Eu acho que a gente tem dificuldade na CP de conectar os fenômenos políticos a processos sociais mais amplos. Então, a gente acaba incorporando que política mesmo é aquilo que acontece lá na praça dos três poderes. Eu acho que isso mostra uma redução do foco da CP brasileira [...] porque a gente tem processos políticos que escapam desse enquadramento e que são muito importantes. Então, falta discutir os movimentos sociais, a maneira como a separação entre esfera pública e privada afeta as possibilidades de participação política, a relação entre política e o poder econômico [...] falta discutir uma série de questões.

Um dos editores da *RBCS* emite opinião semelhante ao tratar da relação Estado-Sociedade-Ciência Política:

A Ciência Política ainda não conseguiu produzir uma boa síntese interpretativa e plausível da transformação do Estado brasileiro e da sociedade brasileira no pós-transição [...]. Existe conhecimento específico sobre certas áreas de política [...], mas ainda não fomos capazes de interpretar essa transformação [...]. Para entender essa transformação precisaríamos ser capazes de colocar atores sociais na cena, uma coisa que a Ciência Política se mostrou insuficientemente capaz de fazer durante muitos anos, ou melhor [...] não prestou a devida atenção durante anos [...]. E, por não ser seu foco, não foi capaz de pensar que uma parte da dinâmica de funcionamento destas instituições tem a ver com a interação que elas entabulam com atores sociais. [...] [Mas isso] não é um tipo de problema grande que um institucionalista preocupado com partidos vai colocar.

A Tabela 4 apresenta a distribuição desses 134 artigos frente ao total de 1.505 itens publicados. Nela, é possível verificar que o tema “movimentos sociais” se destaca em quantidade de artigos, 70, perante outras duas temáticas. No entanto, cabe sublinhar que duas dessas revistas publicaram dossiês temáticos dedicados aos movimentos sociais: “De Volta aos Movimentos Sociais”, veiculado pela revista *Lua Nova*, em 2009, e “Movimentos sociais e ação coletiva”, pela *RBCP*, em 2010. Juntas publicaram 13 artigos, dos 70, sobre movimentos sociais nos referidos dossiês.

Outra informação que merece ser mencionada é aquela que diz respeito à quantidade de artigos publicados pela revista *Opinião Pública* sobre instituições participativas: foram 14 do total de 49. As palavras da editora desse periódico confirmam o interesse recente da revista pela temática, pois, quando perguntada sobre a trajetória de publicação da *Opinião Pública* desde a sua fundação, ela afirma:

Eu posso estar enganada [...] não tenho a história da revista, mas acho que Comportamento Político e Eleições são uma constante. Uma coisa que a gente observa, que é do próprio processo democrático, é o crescimento de publicações sobre Instituições Participativas. Democracia Participativa é uma temática que cresceu no processo recente. É um tema que começou a aparecer bastante. Até porque a história da revista é quase o período da democracia. Em 1993 [quando a revista foi criada], a democracia era bastante jovem. Democracia participativa, participação, debates *online*, deliberação... papel dos meios de comunicação, sobretudo das redes sociais [...] formação de comportamento político têm sido temas cada vez mais presentes na revista.

A exemplo da revista *Opinião Pública*, o crescimento das publicações sobre o tema das instituições participativas e mesmo a respeito dos movimentos sociais é recente nos periódicos nacionais. Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), após análise da produção acadêmica nacional publicada em quatro campos do conhecimento – ciências sociais, saúde, serviço social e educação – entre 2000 e 2011, apontam 2006 como marco na diversificação

das áreas de políticas públicas, na pluralização dos repertórios conceituais e no crescimento do número de trabalhos sobre *conselhos de políticas públicas*. É interessante notar, também, como se distribuem os 537 trabalhos coletados por elas: dissertações (70%), teses (16%) e artigos (14%). Ou seja, é tímida a presença do tema “conselhos de políticas públicas” nos periódicos científicos analisados pelas autoras. O motivo de tal timidez, no entanto, pode ser questionado quando se percebe que não se trata necessariamente de baixa produção acadêmica sobre as três temáticas aqui analisadas, haja vista a concentração de trabalhos verificados pelas autoras em teses e dissertações. As temáticas também estão presentes em livros ou capítulos de livros por elas citados: *Democracia, sociedade civil e participação*, de Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba, publicado em 2007 pela editora Cortez e o volume 7 de *Diálogos para o desenvolvimento*⁶, *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*.

Tabela 4
Distribuição dos artigos: tríade temática por periódico

	RSP	Lua Nova	RBCP	Op. Pública	Dados	BPSR	RBCS	Total	
								N.º	%
Total de artigos publicados	342	220	146	178	267	87	265	1505	100
Movimentos sociais	13	21	12	7	4	3	10	70	
Inst. participativas	8	12	6	14	5	-	4	49	
Sociedade civil	5	1	1	3	3	1	1	15	
Artigos: tríade temática	26	34	19	24	12	4	15	134	8,9

Fonte: Elaboração própria

6 Publicado em 2011 pelo IPEA. Ver especialmente os artigos de Cunha et al. (2011) e Gurza Lavalle (2011), Silva (2011) e Vaz (2011) – segundo Almeida, Cayres e Tatagiba (2015), representativos de uma nova fase dos estudos sobre as instituições participativas: menos “laudatória” e “normativa”.

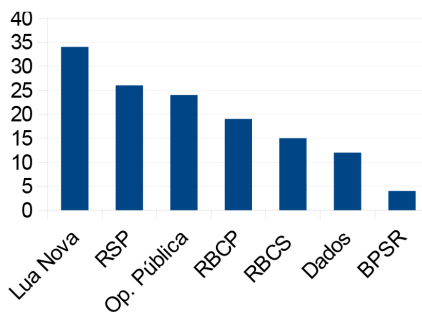
Numa entrevista mais antiga, Elisa Reis (2002) já havia manifestado sua preocupação com a hegemonia institucionalista na Ciência Política e o seu distanciamento dos interesses sociais:

A Ciência Política hoje tem alguns paradigmas muito claros. Um deles é o institucionalismo ou neoinstitucionalismo. Nele, há uma preocupação com engenharia política, como se constroem as instituições de modo que elas sejam virtuosas, eficientes etc. [...] ao mesmo tempo em que ela parece muito técnica, ela é muito normativa também. [...] De qualquer forma, o fato é que os interesses sociais estão relegados ao segundo plano. [...] Na Sociologia Política, [não]. [...] A outra tendência muito forte na Ciência Política é a perspectiva da escolha racional. Aí você poderia ver um ponto de contato com a Sociologia Política, porque ela está centrada em interesses. Mas só que os interesses da escolha racional são formalizados [...] em situações de disputa. Aqui há outra diferença: a história é vital para a Sociologia Política e menos importante para a Ciência Política de corte racionalista. (REIS, 2002, p. 21-22).

É possível especular também que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir dos anos 1980, chegando à administração de várias prefeituras, governos estaduais e culminando com a conquista da Presidência da República em 2002, afetou o desempenho dos movimentos sociais, não só quantitativamente, mas também no que diz respeito à sua intensidade.

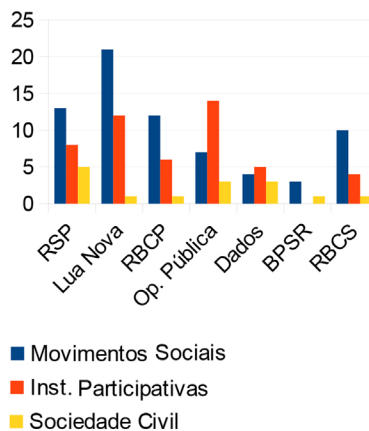
Os Gráficos 2 e 3 ilustram a Tabela 4 e destacam o já mencionado interesse da revista *Lua Nova* pela tríade temática aqui analisada, especialmente pelas pesquisas sobre movimentos sociais. O tema “instituições participativas” se sobressai na revista *Opinião Pública*. Os artigos sobre sociedade civil e esfera pública aparecem publicados de forma mais ou menos equilibrada entre os sete periódicos, com alguma proeminência para a *RSP*.

Gráfico 2
Presença das três temáticas por periódico



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3
Temática por periódico



Fonte: Elaboração própria

O editor da *Lua Nova* é bastante elucidativo sobre a incidência do tema “movimentos sociais” na revista e também sobre o processo vivido pelos periódicos nos últimos anos, fortemente associado às instituições a que estão vinculados. Sobre a permanência ou não do objetivo inicial da *Lua Nova*, passados já trinta anos de publicações, qual seja, de “intervenção concreta do pensamento sobre a prática política”, ele afirma:

Acredito que com muita mediação do pensamento abstrato, consensual e teórico, o objetivo inicial da revista permanece vivo. *Não há uma intervenção direta como ocorria nos primeiros números da Revista, da qual fala-se diretamente dos eventos em curso.* Não que às vezes não haja intervenção direta. Por exemplo, quando teve a crise do mensalão, em 2005, a revista publicou alguns artigos sobre esse assunto de intervenção direta, mas isso, é mais esporádico. [...] *Eu acredito que o Cedec tentou permanecer nesta direção durante um bom tempo – resistiu mais tempo para fazer essa inflexão do que o Cebrap, por exemplo.* Eu acredito que as características iniciais do Cedec acabaram afetando a capacidade dele de se reorientar e foi mais tardia e mais hesitante [...]. *O Cedec tinha uma preocupação muito grande com os movimentos sociais, com a ideia de que se tinha que pesquisar a sociedade como um ator, como protagonista dos grandes eventos históricos do Brasil [...].* O Cedec teve um investimento forte na ideia do protagonismo dos movimentos sociais [...], coisa que não aconteceu em parte, por parte do Cebrap, por exemplo.

O depoimento reitera a tendência do campo das Ciências Sociais, e mais precisamente da Ciência Política, já apontada anteriormente, de valorização da pesquisa empírica quantitativa, com análise de objetos claramente definidos e de desqualificação de textos ensaísticos. Tal tendência também ajuda a entender a pouca presença da tríade temática aqui tratada na publicação dos doutores em Ciência Política nos sete periódicos analisados e no período compreendido.

De todo modo, artigos sobre movimentos sociais, em comparação com as outras duas temáticas que compõem a tríade, aparecem publicados em quantidade maior não só na *Lua Nova*, mas também nos demais periódicos analisados, exceto na *Opinião Pública* e, por uma diferença muito pequena, na *Dados*.

Além do tema “movimentos sociais” se fazer expressivamente presente na publicação de cinco das sete revistas analisadas,

quando comparado com as duas temáticas, a sua publicação é crescente e quase triplica nos periódicos analisados e no período em questão. Foram publicados por doutores em Ciência Política, nas sete revistas analisadas, entre 2005 e 2009, 18 artigos; e, entre 2010 e 2014, 52. Outro conjunto de dados, no caso, teses e dissertações defendidas na USP e na Unicamp, entre 1970 e 2005, analisado por Samira Kauchakje (2010) reafirma o interesse no tema movimentos sociais pelas Ciências Sociais brasileiras. Segundo Kauchakje (2010, p. 131): “afirmações sobre diminuição do interesse na temática não se sustentam, pois, nos últimos 35 anos, as pesquisas acadêmicas sobre movimentos sociais são constantes”⁷. Ou seja, os dados apontam que o tema “movimentos sociais” tem sido constantemente objeto de pesquisa desde 1970, inclusive apresentando curva ascendente quando comparado o período compreendido entre 2005 e 2014.

A constância ou até o crescimento do tema “movimentos sociais” pode ser associado, também, às tentativas mais recentes de articulação entre Sociologia e Ciência Política. É o que transparece na fala do editor da *RBCS* sobre o processo de autonomização e institucionalização da Ciência Política no Brasil. Segundo ele:

No caso do Brasil, como de boa parte dos países da América Latina, a CP passou por um processo de autonomização em relação à Sociologia, que foi a grande matriz das Ciências Sociais na América Latina. [...] Essa matriz sociológica fez que durante uma boa parte do século XX, aquilo que se fazia em relação aos objetos políticos e às perguntas tipicamente próprias da CP fosse basicamente Sociologia Política. [...] Esse registro de Sociologia Política cindiu no momento em que os departamentos de CP começaram a crescer, a se institucionalizar e a se separar da Sociologia. E isso acontece no contexto

7 Outras duas revistas não analisadas neste estudo enfocam especificamente a produção acadêmica brasileira voltada ao tema dos movimentos sociais: *Cadernos CRH*, n. 54, set./dez. 2008 (Dossiê Movimentos Sociais e Política) e *Estudos Históricos*, n. 42, jul./dez. 2008 (Movimentos Sociais e Partidos Políticos).

da ditadura. Há um apoio forte, um avanço da CP no contexto da ditadura. Esse apoio vem com recursos das fundações internacionais interessadas em promover a reflexão sobre a democracia, sobre as condições institucionais de funcionamento da democracia e isso ajudou a consolidar algumas das instituições que mais rapidamente se firmaram no panorama brasileiro como instituições que fazem aquilo que poderíamos chamar de instituições propriamente de CP, que é a UFMG e o IUPERJ. Esse modelo foi crescendo e se alastrando para as outras universidades e eu diria que, exatamente, a partir dessa conjuntura da transição, a CP conseguiu mostrar o que ela tinha para oferecer. A CP começou a ganhar um processo de reflexão autônomo, no seguinte sentido: a Sociologia da época estava basicamente preocupada em fazer diagnósticos dos fracassos da modernização e diagnósticos focados nos movimentos sociais e nos processos de transformação desencadeados de baixo para cima e os processos de transição democrática não podiam ser bem abordados, nem explicados, nem tematizados com focos analíticos prioritários da Sociologia da época. A CP chegou com um conjunto de variáveis tipicamente políticas, começou a olhar elites [...] e pela primeira vez em muito tempo, as referências da literatura internacional sobre AL foram prioritariamente referências voltadas para a CP. [...] O Pensamento Cepalino [...] foi progressivamente substituído do ponto de vista da visibilidade internacional por uma geração de novos autores que estavam pensando transições com as ferramentas típicas da CP. Então, há aí um processo de autonomização relativa – é preciso tomar cuidado – que se constrói, um pouco – abrindo espaços pra definir fenômenos como propriamente políticos, mas, isso não quer dizer, obviamente [...] que não existam dimensões sociológicas nos fenômenos políticos, ou que a Sociologia Política não tem nada a dizer. Muito pelo contrário, eu próprio faço Sociologia Política. Houve um processo de diferenciação institucional [...] – com alguma frequência os atores sociais ficaram do lado da Sociologia e as instituições políticas ficaram do lado da CP e demorou muito tempo para que atores sociais e instituições políticas começassem a conversar de novo. Isso é uma coisa das últimas gerações de cientistas políticos no Brasil. [...] A interação entre ambos é um fenômeno ou uma preocupação da CP mais recente no Brasil [da década passada].

Portanto, parte-se de um pensamento mais voltado para o diagnóstico dos problemas

da modernização, evidenciados pelos movimentos sociais, para outro, preocupado com a análise institucional da transição democrática.

Outros elementos presentes nos 134 artigos publicados sobre a referida tríade temática permitem verificar que, desse total, foram publicados em coautoria 37 (27,6%) artigos, totalizando, assim, 152 pessoas quando se inclui autores e coautores. Grande parte dos artigos, 123 (91,7%), foi publicada por autores doutores, dos quais 67,4% possuem doutorado num dos seguintes cursos: Ciências Sociais, Ciência Política, Sociologia, Sociologia Política, Sociologia e Política, Antropologia e Antropologia Social. Ou seja, no conjunto geral, dentre os 1505 artigos publicados, a presença das três temáticas é pequena. No entanto, quando se observa os 134 artigos publicados sobre essas três temáticas, a participação das Ciências Sociais e disciplinas afins é grande.

A metodologia empregada nesses 134 artigos – qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa – também foi observada, assim como a natureza do seu objeto – empírico ou teórico. Nesse caso, o objetivo é identificar o tipo de pesquisa que predomina nos artigos sobre movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil. Esses dados podem indicar a tendência mais institucional ou societal adotada pelos autores/coautores desses artigos.

Consideramos pesquisa empírica aquela cujo objeto de pesquisa se refere a algo observável, além de espacial e temporalmente definido, e pesquisa teórica, quando o objeto representa uma ideia, um conceito, uma série histórica etc., de caráter preponderantemente conceitual, bibliográfico e/ou documental.

Em relação à metodologia de pesquisa empregada, foi considerada pesquisa qualitativa quando os autores empregam ao menos uma das seguintes técnicas de coleta e análise de dados: entrevistas, questionários/survey, grupo focal, observação participante, etnografia, análise de

conteúdo/discurso e revisão bibliográfica. A pesquisa foi catalogada como quantitativa quando os dados coletados aparecem quantificados ou estatisticamente testados⁸.

A Tabela 5 mostra a distribuição dos 134 artigos de acordo com a natureza do objeto: se empírico ou teórico, por temática e por periódico. Verifica-se que a tríade apresenta objeto de pesquisa fundamentalmente empírico, ou seja, esse tipo de pesquisa ocorre em 68% dos casos, com destaque proporcional para o tema “movimentos sociais”. É possível notar, ainda, que a *RSP* é exceção, pois, sobre o assunto “movimentos sociais”, publicou mais itens teóricos do que empíricos – assim como

a *Lua Nova* a respeito do tema “instituições participativas”.

Quanto ao tipo de metodologia de pesquisa adotado, nota-se o seguinte resultado: do universo de 134 artigos, 104 (77,6%) foram considerados qualitativos, 13 foram classificados como quantitativos e 17 adotaram um procedimento misto, combinando métodos qualitativos e quantitativos.

No conjunto, os dados mostram que os 134 artigos sobre a tríade temática são, na sua maior parte, empíricos (68%) e qualitativos (77,6%). Portanto, não se verifica o uso predominante de técnicas quantitativas, como ocorre com frequência na parte hegemônica da CP.

Tabela 5
Temática dos artigos por natureza do objeto e por periódico

Temática	Objeto	<i>RSP</i>	<i>RBCS</i>	<i>Lua Nova</i>	<i>BPSR</i>	<i>Op. Pública</i>	<i>Dados</i>	<i>RBCP</i>	Total
Mov. Social	Empírico	4	8	16	3	6	4	10	51
	Teórico	9	2	5	–	1	–	2	19
Inst. part.	Empírico	6	2	5	–	10	5	3	31
	Teórico	2	2	7	–	4	–	3	18
Soc. civil	Empírico	3	1	–	–	3	2	–	9
	Teórico	2	–	1	1	–	1	1	6
Total		26	15	34	4	24	12	19	134
Empírico (68%)		13	11	21	3	19	11	13	91
Teórico (32%)		13	4	13	1	5	1	6	43

Fonte: Elaboração própria

A prioridade que a Ciência Política tem dado ao método quantitativo e ao viés institucional em suas pesquisas, como pilares da sua autonomização, pode ser um dos empecilhos à conciliação dos olhares desta disciplina com os da Sociologia. Alguns editores advertem sobre os riscos dessa valorização excessiva do método quantitativo por parte do *mainstream* da disciplina. A esse respeito, a editora da

RBCP expõe seu entendimento ao responder sobre a relação entre refinamento teórico e sofisticação metodológica:

Sofisticação metodológica, na minha opinião, corresponde à capacidade explicativa dos métodos. Métodos sofisticados com baixa capacidade de explicação [da realidade] [...] é um problema. E essa tem sido uma tendência na área. [...] Acho que permanece na área um grande fetiche pelo

8 É importante salientar que raramente consta informado de forma explícita nos artigos analisados a metodologia empregada na pesquisa. Sendo assim, a classificação se deu a partir da leitura, por vezes, integral dos artigos.

quantitativismo. Existe uma ideia de que quanto mais números, mais potencial explicativo há nos trabalhos; de que quanto mais sofisticação estatística haja, mais qualidade tem o trabalho [...]. Eu acho que sofisticação metodológica e profundidade ou consistência teórica não são equivalentes, mas existe uma relação entre elas [...]. Então, se não há nenhuma problematização teórica que permita entender a complexidade de uma determinada realidade, pode-se estar adotado métodos que sejam redutores daquela realidade e acreditar que se está sendo capaz de produzir uma compreensão muito exata, muito objetiva de tal realidade.

Talvez a aproximação com o olhar sociológico pudesse enriquecer a problematização teórica da Ciência Política e reduzir os riscos desse fetiche quantitativista. O editor da *RBCS* também discorre sobre o tema:

A sofisticação metodológica permite lidar com a produção de evidência sofisticada o suficiente para mostrar que essas proposições são ou verdadeiras ou erradas; ou que é preciso revisá-las, e isso tem a ver com o tratamento dos dados observáveis [...]. Mas essa sofisticação metodológica [...] não nos diz a priori o que observar [...]. O que torna o método poderoso é sua conexão com teorias [...] que nos informem sobre quais suposições temos sobre o mundo, quais questões precisamos saber, porque precisamos sabê-las, e quais seriam as implicações de saber essas coisas, do ponto de vista da sua generalização. Isso é no mundo da teoria, não é no mundo da sofisticação metodológica.

O “fetiche metodológico”, ainda que não nomeado dessa forma, aparece como preocupação de outros editores entrevistados. Um dos editores da *RBCS*, por exemplo, é categórico nesse sentido. Segundo ele, “se você aplica técnicas já consagradas, a ilusão é que basta aplicá-las, sem abrir o debate”.

Esse conflito, ou tensão, coloca de um lado aqueles que identificam excessos quantitativistas e, de outro, os que constatarem a carência de técnicas quantitativas nos estudos da Sociologia e da Ciência Política, em particular. Soares (2005) denunciou o

tom ensaístico dos trabalhos. Reis (1991) criticou a feição historicizante e jornalística dos estudos em Ciência Sociais e, 25 anos mais tarde, noutro artigo, volta a afirmar que “os registros ideográficos continuam a prosperar e predominar amplamente na Ciência Política (ou na ciência social) atual” (REIS, 2016, p. 16).

Sobre os tipos de pesquisas realizadas pela CP no Brasil, empírica ou não, Nicolau e Oliveira (2013, p. 15) observam uma mudança de orientação: “de um estilo de análise histórico-descritiva migrou para uma orientação empírica de pesquisa”.

Uma das editoras da *BPSR* fala dessa trajetória rumo ao empírico da Ciência Política no Brasil:

Acho que houve um avanço muito grande nos últimos 10 anos na trajetória da CP brasileira. [...] Sua origem é muito ensaísta e portadora de uma visão de que o intelectual de Ciência Política [...] é um intelectual público [...]. A CP brasileira se tornou mais acadêmica, o que não está em contradição com a ideia de intervenção no espaço público. Isso está associado aos investimentos que foram feitos no campo metodológico. Hoje em dia é muito questionado a ideia de que o cientista político é alguém que pode emitir opiniões independentemente da solidez empírica das suas opiniões.

Pesquisas empiricamente orientadas e menos engajadas politicamente têm predominado na Ciência Política, principalmente nos estudos acadêmicos sobre o tema das instituições políticas – mas não só nele. Talvez, a desvalorização do intelectual público, engajado e desejoso de transformações sociais, econômicas e políticas – enfim, preocupado com questões mais amplas e com a resolução de problemas públicos, também ajude a explicar a baixa presença das três temáticas nos periódicos aqui analisados. Até mesmo das pesquisas que tratam dos vínculos entre democracia e desigualdades, já mencionadas. Periódicos, esses, interessados no debate

científico tanto quanto num tipo de ciência supostamente neutra e de qualidade. Dito isso, e como desdobramento deste artigo, pensar a função política e social da Ciência Política basicamente ensinada e praticada com recursos públicos, num país com tantos problemas sociais, econômicos e políticos como o Brasil, é uma questão que se deseja aqui colocar.

Considerações finais

O cenário geral da produção publicada nos sete periódicos selecionados indica uma presença significativa de doutores em Ciência Política. Tal fenômeno não parece ter afetado a permeabilidade temática dos periódicos que não olham com rigidez as fronteiras disciplinares. De todo modo, as revistas *OP*, *BPSR* e *Dados* se destacam na publicação dos artigos de doutores em CP. A maior parte deles, quase 70%, cursou doutorado em um dos cinco programas localizados no Sudeste e no Sul do Brasil. A recente expansão dos programas de pós-graduação em CP ainda não afetou o regime de publicação que segue pouco distribuído regionalmente. Esse dado indica que a hegemonia na área parece estar concentrada nesses cinco programas, com destaque para a USP e para o antigo Iuperj/IESP. Também pode-se verificar que aparecem mais artigos publicados por doutores em CP nas revistas que valorizam a pesquisa quantitativa. As informações de cunho mais geral servem de moldura para a elaboração do perfil das publicações sobre a tríade temática – movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil.

Os depoimentos de vários editores confirmam que no processo de autonomização da CP ocorreu um distanciamento excessivo dessa disciplina em relação à Sociologia, à História e às temáticas sociais. Nesse sentido, a trajetória da CP ajuda a entender a pequena presença

da tríade temática analisada nos periódicos selecionados: 134 artigos, menos de 10% dos 1.505 coletados. Um dos editores da *RBCS* chega a considerar que o distanciamento entre CP e Sociologia acaba produzindo lacunas nas explicações sobre as transformações recentes do Estado e da sociedade brasileira.

Foi possível perceber que o tema “movimentos sociais” se destaca em número de publicações quando comparado com instituições participativas e sociedade civil. A revista *Lua Nova* é a mais interessada em publicar artigos sobre a tríade temática. A *Opinião Pública*, por sua vez, é o periódico que mais investe no tema “instituições participativas”.

Os depoimentos confirmam a tendência da CP em valorizar as pesquisas empíricas, com métodos quantitativos e de viés institucionalista. Essa tendência parece operar como filtro na escolha de temas de pesquisa e, também, na seleção dos artigos a serem publicados. De todo modo, grande parte dos artigos sobre a tríade temática aqui selecionada foram publicados por doutores formados em uma das disciplinas das Ciências Sociais.

Os trabalhos sobre a tríade temática em foco têm predominantemente objeto empírico (68%) e metodologia qualitativa (77,6%). São sugestivos, portanto, de um viés societal. Além de ser pequena a presença dos artigos sobre os temas em tela, o fato de que muitos deles são publicados sem coautoria também sugere um perfil de publicação pouco interdisciplinar.

Se existe uma expectativa de conciliação dos olhares sociológico e politológico, como apontado por alguns editores, até como possibilidade de inibir a tendência quantitativista e institucionalista da CP e enriquecer a problematização teórica, esse fenômeno parece não ter gerado ainda efeitos significativos nas publicações sobre movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil observadas neste artigo.

Referências

- ALMEIDA, C.; CAYRES, D. C.; TATAGIBA, L. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. *Lua Nova*, São Paulo, n. 94, 329-341, 2015.
- CORTÊS, S.; SILVA, M. K. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.
- CUNHA, E. S. M. et al. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. In: PIRES, R. R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 297-322. Disponível em: <<https://goo.gl/JsqNft>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos: Cebrap*, São Paulo, n. 66, p. 91-109, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/JsqNft>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- _____. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 33-42.
- KAUCHAKJE, S. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e Unicamp. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 3, p. 113-132, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ow6kAn>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- LEITE, F. *O campo da produção da ciência política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens*. 2015. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- LIMONGI, F.; ALMEIDA, M. H.; FREITAS, A. Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 13-59.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARENCO, A. The three Achilles' heels of Brazilian political science. *Brazilian Political Science Review*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 3-38, 2014.
- MARQUES, D. *Democracia e ciências sociais no Brasil, 1985-2005*. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- MARQUES, D.; MACHADO, C. Democracia e desigualdade nas ciências sociais brasileira: artigos publicados entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014, Brasília, DF. *Anais...* Disponível em: <<https://goo.gl/bv1Xt5>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

- MUSSI, D. Uma ciência política para um Brasil democrático. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 2., 2014, Brasília, DF. *Anais...* Disponível em: <<https://goo.gl/f4zGAw>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- OLIVEIRA, L.; NICOLAU, J. A produção da ciência política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, Águas de Lindoia. *Anais...* Disponível em: <<https://goo.gl/fSLvqW>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- PERISSINOTTO, R. M. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 3, p. 203-232, 2004.
- POGREBINSCHI, T. Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 653-693, 2010.
- REIS, E. Entrevista: situando a sociologia política. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-35, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/EZBQ1Z>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- REIS, F. W. O tabelião e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 27-42, 1991.
- _____. Huis clos no Chile e ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 13-59.
- ROMÃO, W. Eclipse da sociedade política nos estudos sobre o orçamento participativo. *BIB*, São Paulo, n. 70, p. 121-144, 2010.
- SILVA, M. K. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. In: PIRES, R. R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 233-246. Disponível em: <<https://goo.gl/JsqNft>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- SOARES, G. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 48, p. 27-52, 2005.
- VAZ, A. C. N. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: PIRES, R. R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 91-108. Disponível em: <<https://goo.gl/JsqNft>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Anexo A
Das entrevistas com os editores

Periódico Vínculo dos editores	Qualis Ano de criação	Editores entrevistados	Curso IES Doutoramento	Data da entrevista	Duração da entrevista	Forma e local de realização
<i>Dados</i> Iuperj/ IESP	A1 1966	Charles Pessanha	Ciência Política USP	10/09/14	1h36min	Pessoalmente IESP/UERJ
		Breno Bringel	Ciência Política Unicamp	12/09/14	53min	Pessoalmente IESP/UERJ
<i>RSP</i> UFPR	A2 1993	Renato Perissinotto	Ciências Sociais Unicamp	25/01/15	1h	Pessoalmente UFPR
		Paulo Costa Neves	Ciências Sociais Unicamp	06/02/15 09/02/15	1h40min 53min	Pessoalmente UFPR
<i>RBCS</i> USP	A1 1986	Marcos Cesar Alvarez	Sociologia USP	07/03/15	3h40min	Facebook
		Adrián Gurza Lavalle	Ciência Política USP	16/03/15	2h29min	Skype
<i>RBCP</i> UnB	B2 2009	Luis Felipe Miguel	Ciências Sociais Unicamp	09/04/15	40 min	Skype
		Flávia Biroli*	História Unicamp	09/04/15	28min	Pessoalmente UnB
		Luis Miguel e Flávia Biroli	–	24/09/15	47min	Pessoalmente UFPR
<i>BPSR</i> USP	A2 2007	Janina Onuki	Ciência Política USP	22/04/15 11/05/15	45min 47min	Skype Pessoalmente/USP
		Marta Arretche	Ciências Sociais Unicamp	14/05/15 30/06/15	54min 23min	Skype Skype
<i>Opinião Pública</i> Unicamp	A1 1993	Rachel Meneguello**	Ciências Sociais Unicamp	–	–	–
		Fabíola Del Porto	Ciência Política Unicamp	05/06/15	2h20min	Pessoalmente Unicamp
<i>Lua Nova</i> USP	A2 1984	Cícero de Araújo	Filosofia USP	29/05/15 17/06/15	1h05min 1h30min	Skype Skype
		Rossana R. Reis**	Ciência Política USP	–	–	–

* Parte da entrevista com a editora Flávia Biroli foi realizada por Nathália Marques, aluna do curso de graduação em Ciência Política da UnB. As demais entrevistas foram realizadas pelos autores.

** As editoras Raquel Meneguello e Rossana Rocha Reis foram convidadas e responderam positivamente ao convite, mas, por problemas diversos, não foram entrevistadas.

- O tempo total das entrevistas foi de aproximadamente 23 horas e gerou 160 páginas transcritas.

- Algumas entrevistas foram realizadas em dois momentos devido ao tempo disponibilizado pelos entrevistados e, em alguns poucos casos, foi solicitado aos entrevistados que enviassem por e-mail resposta a uma ou outra questão.

- Em atendimento a um dos pareceristas, os trechos transcritos das entrevistas apresentadas neste trabalho foram, na medida do possível, retextualizados a partir de algumas das operações sugeridas por Marcuschi (2001).

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas com os editores

Resumo

Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014

Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil são temas que, a princípio, interessam às três áreas das Ciências Sociais, com destaque para a Sociologia e a Ciência Política. A própria trajetória de constituição das disciplinas, entretanto, pode afetar a seleção e a hierarquia de assuntos pelos seus agentes. Este artigo pretende auferir a incidência desses temas, entre 2005 e 2014, em sete periódicos nacionais considerados importantes no campo das Ciências Sociais brasileiras. Qual o lugar hierárquico dos três temas em tela, diante do conjunto dos artigos? Qual a relação dessas três temáticas com a formação acadêmica e os vínculos institucionais dos autores e coautores que publicam essas temáticas? O desenho fornecido pelos dados será analisado tendo em conta a demarcação da fronteira da Ciência Política em relação à Sociologia. O *corpus* se completa com as percepções dos editores dessas revistas sobre o estágio atual da produção e as relações entre a Ciência Política e a Sociologia – mais especificamente, entre a Sociologia Política.

Palavras-chave: Ciência Política; Movimentos Sociais; Instituições Participativas; Sociedade Civil; Periódicos Científicos e Editores.

Abstract

Social movements, participatory institutions and civil society in seven Brazilian journals (Qualis A1, A2, and B1) between 2005 and 2014

Social movements, participatory institutions and civil society are topics that, at first, are important to the three areas of Social Sciences, with emphasis on Sociology and Political Science. The trajectory of constitution of the disciplines, however, can affect the selection and the hierarchy of subjects by its agents. This article intends to evaluate the incidence of these themes between 2005 and 2014 in seven (7) national journals considered important in the field of Brazilian Social Sciences. What is the hierarchical place of the three themes, in front of the set of articles? What is the relation of these three themes with the academic formation and the institutional bonds of authors and coauthors who publish these topics? The design provided by the data will be analyzed taking into account the demarcation of the frontier of Political Science in relation to Sociology. The *corpus* is supplemented by the perceptions of the editors of these journals on the current stage of production and the relations between Political Science and Sociology, more specifically between Political Sociology.

Keywords: Political Science; Social Movements; Participatory Institutions; Civil Society; Scientific Periodicals and Editors.

Résumé

Mouvements sociaux, institutions participatives et la société civile dans les sept journaux nationaux (Qualis A1, A2 et B1), 2005-2014

Mouvements sociaux, institutions participatives et la société civile sont des thèmes qui, au début, concernent trois domaines des Sciences Sociales, surtout la Sociologie et les Sciences Politiques. Cependant, la propre trajectoire de constitution des disciplines, peut affecter la sélection et la hiérarchie des sujets par leurs agents. Cela veut gagner l'incidence de ces thèmes, entre 2005 et 2014, dans sept revues nationales considérées comme importantes dans le domaine des Sciences Sociales brésiliennes. Quelle est la place des trois thèmes hiérarchisés sur l'écran, devant l'ensemble des articles ? Quelle est la relation de ces trois thèmes avec l'éducation académique et des liens institutionnels aux auteurs et co-auteurs qui publient ces thèmes ? La conception fournie par les données sera analysée au vu de la démarcation de la frontière de la Science Politique à l'égard de Sociologie. Le *corpus* se complète avec les perceptions de la rédaction de ces magazines sur l'étape actuelle de la production et les relations entre Science Politique et Sociologie – plus précisément, entre la Sociologie Politique.

Mots-clés: Science politique; Mouvements sociaux; Institutions participatives; Société civile; Revues scientifiques et des éditeurs.

